

**Intervenção do Director do PNUD Angola na Palestra da Provedoria de Justiça na  
Universidade Agostinho Neto**  
**Tema: “O Cidadão a Nossa Ocupação, O Cidadão a Nossa Preocupação, Mais Direito Mais  
Cidadania, Mais Cidadania Mais Direito”**  
Universidade Metodista, Luanda 09 de Outubro de 2018

**Henrik Larsen**

Director do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

---

Sua Excelência, Senhor Provedor de Justiça, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto;  
Acompanhado pela Senhora Provedora de Justiça-Adjunta, Dra. Florbela Rocha Araújo;  
Magnífico Reitor da Universidade Metodista, o nosso anfitrião deste evento, Professor Doutor João Saveia;  
Exmo. Senhor Decano, da Faculdade de Direito da Universidade Metodista, Doutor Pedro José Filipe;  
Outros digníssimos representantes da Provedoria, da universidade e de outras instituições presentes;

Por último, como centro do diálogo hoje, caros estudantes.

Gostaria de, primeiramente, agradecer a parceria entre a Provedoria de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Sistema das Nações Unidas em geral, bem como a oportunidade que me é concedida para participar neste importante evento.

Conforme, temos todos acompanhado, o país está a viver o início de uma nova era com o aumento da governação participativa, através da descentralização do poder local, de uma maior aproximação entre o governo e a sociedade civil, e compromisso incremental a uma governação transparente.

Isso está a ocorrer no contexto do novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 e da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, que foca-se na pessoa como actor de desenvolvimento, e não como mero beneficiário.

Por isso, o princípio de ‘não deixar ninguém para trás’ mostra o compromisso dos Estados Membros das Nações Unidas, à erradicação da pobreza e das desigualdades, e a realização da dignidade humana para todas as pessoas, incluindo as pessoas mais desfavorecidas, que se encontram em todos lugares.

Gostaria de congratular a Provedoria de Justiça por esta iniciativa, que visa aproximar mais o Provedor de Justiça ao cidadão e às outras instituições do Estado. No âmbito do seu mandato de

defesa de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da Administração Pública, o Provedor de Justiça é uma instituição essencial nos esforços nacionais de alcançar as metas do PND 2018-2022 e através delas a realização das metas da Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável.

O papel do Provedor de Justiça é muito importante para constatar as principais preocupações do cidadão e permitir ao cidadão ter um meio institucional independente e legítimo, para apresentar as suas petições e reclamações sobre os seus direitos fundamentais nas diferentes vertentes da sua vida social, económica e mesmo política. Concretamente, se um de vocês, ou um membro da vossa família, tiver um caso sério onde não estão a receber o serviço a que têm direito como cidadãos, por exemplo na área de saúde, educação, água ou serviços administrativos, o Provedor de Justiça, deverá ser a instituição certa para se dirigirem. Nesta sessão, encorajo-vos a perguntar o vosso Provedor, como contactar e apresentar uma reclamação.

Para a consolidação da paz e da estabilidade nacional, um atendimento eficaz às petições dos cidadãos através deste mecanismo institucional pode prevenir e mesmo evitar possíveis actos de instabilidade resultantes de descontentamentos e frustrações.

Por outro lado, a proximidade do Provedor de Justiça ao cidadão pode providenciar uma fonte de diagnóstico social para as demais instituições públicas e do Estado, sobre as maiores prioridades e preocupações que afectam a vida dos cidadãos. O Provedor tem também neste mandato. Esse diagnóstico pode ser obtido através de recomendações e outros procedimentos de trabalho, e assim ajudar a informar políticas e programas relevantes que podem resolver os problemas do povo.

Deste modo e conforme previsto na Declaração de Merida de 2015, sobre o papel das instituições nacionais de direitos humanos no processo de realização da Agenda 2030, o Provedor de Justiça poderá essencialmente desempenhar um papel único de mediador entre o cidadão e as instituições do Estado (pertencentes ao Executivo, Parlamento e ao Judiciário) na promoção de programas e processos de bem-estar e de desenvolvimento transparentes, participativos e inclusivos, e assim contribuir para a erradicação de todas formas de exclusão, da pobreza e para priorizar e integrar os direitos dos mais desfavorecidos (ex. mulheres e meninas, jovens e grupos vulneráveis) nos esforços de desenvolvimento nacional.

Gostaria de concluir a minha intervenção apelando mais uma vez aos cidadãos estudantes para, através deste ciclo de palestras da Provedoria de Justiça, explorarem mais sobre os serviços que o Provedor de Justiça oferece e como podem aceder a esses serviços com relação as diferentes questões da vida social, económica e política. Apelo também às instituições do Estado sobre a necessidade de reforçarem a sua parceria com o Provedor de Justiça, não somente para melhor viabilizar o trabalho do Provedor, mas também para poderem melhor diagnosticar as preocupações dos cidadãos na perspectiva de direitos fundamentais.

Muito obrigado pela atenção e votos de muitos êxitos!

